

**ÁGUAS E MEMÓRIAS: SECA, BARRAMENTO E OS IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS EM ITAPIÚNA-CEARÁ.**

Ládina Gildo do Nascimento
MIHL – Mestrado Interdisciplinar de
História e Letras. FECLESC/UECE.

Resumo: Este artigo aborda as expectativas em torno da construção do Açude Castro e os impactos socioambientais na cidade de Itapiúna/CE. Analisamos as experiências e memórias dos sujeitos atingidos pelo barramento diante das transformações decorrentes deste empreendimento, por um lado, e as percepções dos habitantes não afetados diretamente pelo alagamento, de outro. A construção do Açude Castro foi o evento histórico de maior impacto na vida social do município de Itapiúna frente às dificuldades de abastecimento de água enfrentada pela população nos períodos de seca. O debate historiográfico vem exigindo cada vez mais erudição no que tange as relações existentes entre os agentes históricos inseridos no espaço em que se configura as narrativas da seca. As referências sobre esse fenômeno na chamada literatura da seca, contribuíram veementemente nas formas de pensar o Nordeste como o lugar da miséria, da fome e da “calamidade natural” enquanto fenômeno do castigo, como analisa Durval Muniz em seu artigo “As Imagens retirantes. A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX”. Neste artigo, no entanto, proponho um debate sobre pensar o Nordeste como o lugar da emergência, do espaço que se sobressai aos efeitos nocivos da seca, através do uso da água e as formas de ações do homem sobre a natureza. A Barragem representou a mais abrupta intervenção humana na paisagem geográfica da região, alterando a configuração das comunidades ribeirinhas, modificando a oferta de água e levando a reconfigurações espaciais de grande impacto na vida cotidiana da população. Interessa-nos compreender como viviam estes sujeitos no período que antecede a construção da Barragem e como as mudanças ocorridas contribuíram para a formação da história local no tempo presente no recorte entre os anos de 1995 e 2015. Trata-se, respectivamente, do ano inicial de construção da Barragem e do momento em que açude chegou ao limite zero de sua capacidade. A noção de *memória dividida* (PORTELLI, 2005) é essencial para a investigação dos grupos aqui analisados que possuem maneiras peculiares de narrar o significado dos acontecimentos. E a metodologia da História Oral é utilizada para a exploração dos significados, das experiências vividas e das mudanças ocorridas. Assim, não

se trata apenas de discutir o valor real dos fatos na história, mas sua percepção e as condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos (TÉTART, 1999).

Palavras-chave: Seca; Barramento; Memória.

AS NARRATIVAS DA SECA

A possibilidade de trabalhar com a História Oral como principal estratégia metodológica proporciona a esta pesquisa, o registro de testemunhos e o acesso às experiências dos sujeitos impactados pela seca e, sobretudo, as expectativas entorno “da chegada” da Barragem em Itapiúna. Mais que isso! Ela amplia os caminhos de interpretação dos acontecimentos, do ponto de vista teórico e metodológico, através da interpretação das experiências, ações e memórias que são “a marca principal de um tempo histórico específico, e mesmo das conjunturas, definida pela ação dos sujeitos históricos que o vivenciam” (PEREIRA, 2008, p.28).

A memória é uma das contribuições mais enriquecedoras para a pesquisa, pois representa a subjetividade das experiências vividas e proporciona uma melhor compreensão das ações e do imaginário dos sujeitos inseridos neste tempo histórico. É através do modo como se pensa o passado que adquirimos novas interpretações para o tempo presente. Nesse sentido, “as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava-se estar fazendo e, o agora pensa que faz” (PORTELLI, 1997, p. 31). As narrativas da seca são analisadas a partir das falas dos moradores de Itapiúna, fomentando um debate historiográfico sobre os usos e exploração da água enquanto fonte natural que contribuiu no processo de desenvolvimento e estabilidade econômica da cidade ao longo dos anos. As práticas quotidianas de sobrevivência durante as ocorrências de seca e as relações de poder existentes são aspectos analisados no período que antecede a construção da barragem do açude Castro.

Segundo Fontenele, várias inquietações surgem a partir da segunda metade do Século XX relacionadas a exploração, ao gerenciamento da água, ao crescimento populacional, a industrialização, a urbanização e a expansão da agricultura que contribuíram gradativamente em sua escassez (2013, p.11). Nas regiões semiáridas, o problema hídrico é percebido durante o século XVIII até meados do século seguinte apenas como um fenômeno natural, justificado pelas irregularidades de chuvas que caracterizavam o Sertão. No Nordeste, as populações que residiam nas regiões semiáridas enfrentavam diariamente a luta pela sobrevivência, onde se dividiam entre o tempo

“clima”, o cuidado com o gado e a dedicação da produção tradicional de subsistência. Este fenômeno, no entanto, deixou de ser considerado apenas uma questão climática quando, entre os anos de 1845 e 1877, iniciou uma série de secas no Ceará conhecida como a “grande seca”. Obras literárias como *O Cabeleira* de Franklin Távora, *Os Retirantes* de José do Patrocínio, *A Fome* de Rodolfo Teófilo, *O Quinze* de Raquel de Queiroz, *Vidas Secas* de Graciliano Ramos e *Morte Vida Severina* de João de Cabral de Melo Neto, fazem referência a seca associando-a a epidemias, morte por doenças epidêmicas, assim como a morte do gado, a presença da fome e da sede extrema (ALBUQUERQUE JR, 2017, p. 234-235) que atingiu não somente as pessoas que dependiam do trabalho no campo e os proprietários de terras – destruindo colheitas e ameaçando o gado – mas também a capital do Estado que, por sua vez, deparou-se com invasões de pessoas que peregrinavam (ALBUQUERQUE JR, 2017, p. 240). A desarticulação das bases político-sociais não garantia a segurança e sobrevivência do homem do campo, na condição de retirante, dentro do incidente da seca. Os trajetos migratórios sujeitavam os sertanejos a miséria, fome, doenças e crimes, passavam dias e, em muitos casos, meses peregrinando em busca de melhores condições de vida. Estes, quando chegavam a capital do Estado, se deparavam com o descaso público e a exploração do comércio (ALBUQUERQUE JR, 2017, p. 242). A seca, de um modo geral, tornou-se um dos principais fatores que justificam as ações do homem sobre a natureza, através do uso e exploração da água. Na percepção de NEVES, os efeitos da seca poderiam ser suprimidos se houvesse uma transformação radical nas relações da sociedade com a natureza, o que implicaria uma transformação igualmente radical nas relações sociais (NEVES, 2004, p.101). As narrativas presentes nesta pesquisa expressam constantemente as diferentes marcas sobre os modos de sobrevivência e ações dos os sujeitos históricos em períodos de seca. Por este motivo proponho pensar o Nordeste como o espaço da emergência, da superação (que se sobressai aos efeitos nocivos da seca), a partir de uma nova roupagem. Para refletir melhor sob quais aspectos da vida cotidiana se configuram as ações dos atores históricos, apresento de forma sucinta alguns fatos que ocorreram no município de Itapiúna e em grande parte do estado cearense. Analiso, portanto, as narrativas da seca através de fontes orais, documentais e pesquisas já realizadas neste recorte espacial. As fontes narrativas mostram que durante a década de 1980 a seca causou grandes prejuízos as famílias camponesas de Itapiúna as quais sobreviviam da agricultura tradicional de subsistência e de produção, desestabilizando a economia local com a queda dos principais itens de exportação e de venda no comércio. “Os dados sobre o algodão, principal produto comercializado pelos camponeses, são confusos quando se tenta apontar qualquer tendência, mas basta saber que atualmente seu cultivo quase desapareceu em Itapiúna. Milho e feijão, principais culturas alimentares junto com a mandioca,

tiveram baixas na seca de 1979-83” (PEREIRA, 2008, p.89). No mesmo período foi registrado no livro Tombo da Paróquia¹ relatos sobre as expectativas do início do ciclo de chuvas, prenunciando o término da seca que os flagelou entre 1978-79, mas com o passar de poucos dias a precipitação de água cessou. Onde havia presença de chuva, iniciou um novo período de seca devastando a produção que sustentava as famílias agricultoras: “tivemos oito dias de chuva abundantes. Os açudes encheram-se e o povo cheio de esperança alargou seus roçados. Mas as chuvas não voltaram, perderam-se as plantações quase todas. Estamos a onze de maio e o tempo continua seco”². Havia uma constante ameaça de fome e de miséria que assolava principalmente as comunidades da Zona Rural: “o que fará o pobre homem do campo, raspando terra seca, passando necessidade, sofrendo injustiças? Terá ele uma recompensa? Não lucrará nada, pois sem a seca ele já sofria o árduo trabalho, avalio com a seca, situação em que muitos poderosos só aproveitam para humilhar mais ainda e tornar a situação mais difícil.”³ Até onde se verifica, na década de 1980 o município possuía “três pipas, tentando solucionar o problema não só da zona urbana, como também da zona rural”⁴ e um pequeno açude localizado a 1km do Centro da cidade, chamado Brejo. O açude pertencia à José Bezerra Campelo, ex-prefeito e figura de grande poder político e econômico no município. A família Bezerra Campelo foi uma das primeiras recém-chegadas no pequeno vilarejo “Itaúna”, ainda pertencente ao maciço de Baturité, em 1914. Emigrantes do Rio Grande do Norte, de descendência portuguesa, a família adquire fortuna através da expansão territorial conquistando, ao longo dos anos, o poder político local “intitulados como os fundadores de Itapiúna” ou “os desbravadores destas terras”. José Bezerra Campelo, dono do açude Brejo, nasceu em 1925 e herdou do patriarca da família, Manoel Bezerra Campelo, muitas terras e a incumbência de tomar conta dos negócios, enquanto seus irmãos mais velhos se formavam em medicina, direito e docência. Tal prestígio proporcionou a Zequinha Campelo, como era conhecido, tornar-se o homem mais rico da cidade na década de 1950. Ele passou a ser intituado de “pai dos pobres” adquirindo a admiração da comunidade. “Assim, ele mostrava-se atento as necessidades do povo, porque tentava vivenciar a realidade cotidiana do sertanejo” (BEZERRA, 2010, p. 23) e se candidata a prefeito em 1957, após a emancipação política de Itapiúna. Ele vence a eleição utilizando a “política de favores” como forma de conquista de voto e simpatia dos eleitores,

¹ O Livro Tombo da Paróquia de Itapiúna foi criado, sob a determinação do Arcebispo José de Medeiros Delgado para anotações de fatos, acontecimentos importantes e Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição instalada em 16 de junho de 1968.

² Livro Tombo da Paróquia de Itapiúna, 1980, folha 22-frente.

³ Jornal A Voz dos Jovens. Ano I – Nº1, Itapiúna, 20 de junho de 1980.

⁴ Jornal A Voz dos Jovens. Ano I – Nº5, Itapiúna, novembro de 1980.

o que não foi tarefa difícil diante de sua imagem paternalista. Em 1970 candidata-se novamente ao cargo de prefeito, utilizando, desta vez, a seção das águas do açude Brejo como moeda de troca política, evidenciado no trecho da música de sua campanha eleitoral: “Itapiúna elegera para sua prefeitura José Bezerra Campelo, um homem de alma pura. **Açude, enxada e semente**, ele conseguiu até construir”.⁵ A música refere-se ao açude Brejo construído em 1941 por seu pai, Manoel Bezerra Campelo e reformado por Zequinha na década de 1960. O Açude está localizado a 1 km do centro da cidade para onde os moradores se deslocavam, em busca de água para o provimento de suas necessidades básicas. Segundo os dados, na década de 1970 pouco mais de 3.600 pessoas moravam na zona urbana da cidade. Grande parte desse número recorria unicamente ao açude Brejo para suprir suas necessidades domésticas. Segundo Dona Fátima, esposa do Zequinha Campelo, era uma prática cotidiana dos moradores da cidade-Sede organizada por pessoas da confiança de seu esposo.

A pessoa pegava entrava no açude, enchia com a cuia, pra não entrar com os pés, né?...que não deixavam porque a água era pra beber. Pegava, enchia e trazia a água, botava no balde, botava na cabeça e levava. Era assim: de manhã, parece que começava às sete horas até onze horas e depois começava duas horas em diante e fechava (...) Não tinha mais. Só no outro dia. Porque se não, né?!⁶.

As narrativas sobre a história do pequeno Açude revelam algumas as práticas realizadas por Zequinha Campelo para alcançar prestígio político, utilizando sua influência e os bens da família como forma de controle político e falso assistencialismo para galgar as dificuldades encontradas durante a campanha eleitoral. Houve um período em que as águas do Brejo foram fornecidas aos moradores sem a pretensão de atrair o público eleitor. Provavelmente, refere-se à segunda metade da década de 1970, quando Zequinha Campelo perde a eleição e passa a monopolizar a utilização do Açude com a venda da água.⁷ Dessa forma, percebemos uma inutilização do açude Brejo, enquanto mecanismo de persuasão e controle político. Esta decisão significou, efetivamente, o rompimento de acesso à água do Açude para as famílias que não possuíam condições financeiras de comprá-la. Outras, provavelmente, faziam uso desta em detrimento de outras necessidades vigentes. Se por um lado, o açude Brejo era o único que mantinha as famílias da zona Urbana abastecidas, na medida do possível, por outro, os moradores da zona Rural possuíam pequenos açudes próximos às suas comunidades que enchiam durante os períodos chuvosos e rapidamente secavam nos períodos de estiagem. Para ambos os grupos as dificuldades em se conseguir água era praticamente a mesma até

⁵ Letra da música do candidato José Bezerra Campelo, 1957.

⁶ Entrevista realizada pela autora no dia: 30/12/2016, com a dona Maria de Fátima Temoteo Campelo, esposa de Zequinha Campelo, 60 anos de idade, dona de casa.

⁷ CAMPELO, Maria de Fátima Temoteo. Op. cit.

o ano de 1981, quando ainda não havia o sistema de encanada no município. O trabalho era árduo “começava às sete horas até onze e depois começava de duas em diante” em busca de água para o provimento de suas necessidades. A exploração das águas do açude Brejo ocorreu até o início da década de 1980. O baixo volume de água potencializado pela falta de precipitação de chuvas, mobilizou ações de políticos locais no combate às consequências da seca em Itapiúna, através do Projeto de Assentamento da fazenda Curupaiti (PA Curupaiti). A fazenda foi desapropriada em 1981 pelo governo estadual na gestão de Virgílio Távora com a finalidade de garantir o abastecimento de água da cidade, em meio àquele programa de obras e urbanização na administração de Zé Nilton. Curupaiti passou, então para o controle da CAGECE em março de 1981 (PEREIRA, 2008, p.105). O projeto de assentamento do Curupaiti, trouxe para a população itapiunense a esperança de que este viria solucionar parte dos problemas enfrentados durante as épocas de estiagem. No entanto, a implantação do fornecimento de água encanada ocorreu apenas em 1982, com a instalação do serviço da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

Posteriormente, em 1984 e 1985, o município passa a receber mais investimentos do poder municipal, com o desejo de tornar mais fácil as vias de abastecimento principalmente nas regiões da zona rural. Foram construídos pequenos e médios projetos de infraestrutura com recursos da prefeitura em parceria com o PRODECOR, o Governo do Estado e SUDENE, os quais realizaram 67 obras hídricas dentre elas 40 cisternas espalhadas em todo o município e construções de açudes nas localidades da zona rural.⁸ O município de Itapiúna recebeu investimentos significantes que garantiram, na medida do possível, a sobrevivência tanto da população residente da zona Rural, quanto na melhoria da vida dos moradores da cidade-Sede. Nesse sentido é pertinente perguntar: por quanto tempo as investidas mantiveram a cidade dentro da zona de conforto relacionado ao abastecimento de água? Quais demandas surgiram nos anos posteriores? E os investimentos, foram suficientes para atender as necessidades da época?

Os registros do livro o Tombo da Paróquia, mostram que a seca assolou o município entre os anos de 1978 e 1984 ocorrendo precipitação de chuva em curtos períodos: “começou o ano de 85 com muito optimismo. Plantações muito boas, mas a chuva de 4 meses seguidos e grandes inundações, destruiu grande parte dela. Parece que vai haver outro ano de fome”.⁹ O episódio de excesso de chuva

⁸ Jornal Folha de Itapiúna. Ano II – Nº.008, Janeiro de 1985.

⁹ Livro Tombo da Paróquia de Itapiúna, 1985, folha 41-frente.

é um fator importante a ser destacado, por se tratar de um fenômeno que caracteriza as irregularidades de chuvas no semiárido nordestino, assim como a não precipitação de água. Ambos os fatores resultam na insegurança alimentar e na imprevisão sobre a retomada das atividades agrícolas sobretudo das famílias que sobrevivem da produção tradicional. Sobre esse fenômeno o Jornal Diário do Nordeste publicou em maio de 1988 uma matéria sobre a “seca verde”¹⁰ que atingiu o Ceará em 1987 resultando no aumento do custo alimentício, comprometendo 86,86%, por ano, da renda dos trabalhadores assalariados e na compra de cestas básicas, devido a diminuição da produção agrícola em todo o Estado. Na perspectiva local grupos de resistência camponesa reivindicavam por suprimentos alimentícios e terra para a exploração agrícola, pois toda a plantação havia sido arruinada pela seca. No mesmo ano o então governador do Ceará, Tasso Jereissati, utilizou o Programa de Ações Permanentes de Combate às Secas – PAPCS para ajudar as cidades metropolitanas e interioranas castigadas pela estiagem. O programa funcionava como uma espécie de bolsa para a garantia financeira das famílias agricultoras em períodos de seca em todo o Estado. No entanto, em fevereiro de 1988 o Jornal Diário do Nordeste publicou que a Secretaria da Ação Social do Estado havia anunciado o desligamento de vários municípios do programa incluindo “Itapiúna, Capistrano, Aratuba, Aracioaba, Mulungu, Baturité, Redenção, Pacoti, Palmácia, Acarape e Barreira”, com a perspectiva de que as precipitações de chuvas no Ceará haviam sido suficientes para a liberação das atividades agrícolas. Em 1991 os trabalhadores rurais de Itapiúna juntamente com a Comissão de Defesa Civil do Município, enviaram uma carta ao Secretário de Ação Social do Estado, Adolfo de Marinho Pontes como um “grito de sobrevivência” visto “que a fome e a sede já os inquietam” exigindo que as autoridades tomassem providências para minimizar os problemas advindos da seca.¹¹ Em 1992 e 1993 a seca continua assolando a região Nordeste que, apesar de não ter sido oficializada pelo o Estado, o Jornal O Povo e o Jornal Diário do Nordeste publicavam diariamente notícias sobre as mobilizações realizadas no interior do estado. Itapiúna sempre aparece como uma das cidades flageladas pela seca que, segundo a opinião do Sr. Francisco Fernandes:

Foi uma das piores secas que eu assisti e vivi até o momento agora. Ontem eu lembrei um pouquinho de noventa e três. Você chagava nos comércios e não tinha nada. Eram poucos os

¹⁰ A “seca verde” ocorreu no Ceará em 1987, e recebe esse nome devido as irregularidades e a má distribuição de chuvas no estado. GONDIM, Linda Maria de Pontes. Clientelismo e Modernidade nas Políticas Públicas: Os “Governos das Mudanças” no Ceará. (1987-1994). Ijuí-Rs: Editora UNIJUÚ, 1998, p.57.

¹¹ Diversos trabalhadores rurais (abaixo assinado anexo) reivindicam trabalho e abastecimento de água em localidades onde foi pequeno o índice de inverno, com frustração de safra em até 70% (setenta por cento) como registra o documento. As comunidades mais atingidas são Palmatória, São José, Touro, Massapê, Malícia, Rodeador e Grossos, como evidencia o documento. Itapiúna, 24 de julho de 1991.

comércios e ainda não tinha os mantimentos necessários. Eu lembro que eu era pré-adolescente e a gente saía toda noite pra pescar. O pessoal chamava “temperar o arroz”, a famosa mistura. E a gente chegava naqueles açudes tudo secando, os coitados dos peixes correndo doidos pra sobreviver e a gente também (risos). Então era assim, a alimentação era peixe e arroz. Feijão era novidade. Era desse jeito. O negócio era muito difícil¹².

Os aspectos da vida cotidiana revelam a constante luta dos que vivenciaram e vivenciam a seca – dividida entre a esperança de haver chuva e a expectativa de boa colheita – faz parte da conjuntura que caracteriza o Sertão Nordeste. As experiências e mobilizações dos sujeitos contribuíram para que houvesse uma maior participação das camadas populares nas tomadas de decisões, exigindo do Estado ações emergentes voltadas à população que mais sofre com os efeitos nocivos da seca. Trata-se do entendimento de que as irregularidades de chuvas somada a falta de políticas públicas tornam-se questões a serem estudadas no campo da História Social, considerando que estes aspectos condicionam as formas de pensar e agir dos sujeitos históricos sobre o espaço em que vivem.

Barramento e os Impactos Socioambientais.

Na reflexão filosófica e científica tradicional do século XVIII, a natureza influenciava o curso da história humana e sua condição de vida. Na concepção moderna acontece o movimento contrário. A natureza, enquanto cenário que se constrói e se reconstrói, interage com o homem a partir que este subjetivamente a percebe modificada, iniciando, assim, um processo de mudança na prática do contexto social (PÁDUA, 2003, p. 88). Nesse sentido, a seca, de um modo geral, tornou-se um dos principais fatores que justificam as ações do homem sobre a natureza, através do uso e exploração da água. Os projetos de açudagem ganharam impulso a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 1950, 1960 e 1970, em geral priorizando a produção de energia elétrica e uso industrial. No Semiárido, o barramento de rios é parte da chamada “solução hídrica” no “combate às secas”, elevado à condição de política estatal pelas elites brasileiras desde o início do século XX como principal via para solução dos problemas da escassez de água. A construção do Açude Castro foi o evento histórico de maior impacto na vida social do município de Itapiúna. Ela representou a mais abrupta intervenção humana na paisagem geográfica da região, alterando a configuração das comunidades ribeirinhas (em especial as famílias assentadas a montante da barragem), modificando a oferta de água e levando a

¹² Entrevista realizada pela autora no dia: 06/10/2016 no município de Itapiúna com Francisco Fernandes de Araújo, 36 anos de idade, professor da rede estadual de Ensino público, casado. O mesmo viu as terras de seu pai e de seu tio serem desapropriadas e trabalhou na obra da barragem.

alterações ambientais de grande impacto na vida da cidade e das populações ribeirinhas. Busca-se compreender como as mudanças ocorridas contribuíram para a formação da história local no tempo presente no recorte entre os anos de 1995 e 2015. Trata-se, respectivamente, do ano inicial de construção da Barragem e do momento em que açude chegou ao limite zero de sua capacidade, com o abastecimento de água operando em volume morto. Desse modo, interessa saber: as expectativas foram alcançadas? As inovações prometidas foram concretizadas? Qual a perspectiva das comunidades atingidas pelo barramento e das comunidades beneficiárias dos novos recursos gerados? Quais mudanças e permanências estão presentes neste tempo histórico? Assim, não se trata apenas de discutir o valor real dos fatos na história, mas sua percepção e as condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos (TÉTART, 1999, p.33). A noção de memória dividida (PORTELLI, 2005) é elemento conceitual de grande representatividade para a investigação. A experiência dos grupos aqui analisados se expressa de formas contraditória e conflituosa, ao menos no campo da memória. Cada um certamente, possui maneiras peculiares de narrar o significado dos acontecimentos.

Embora a noção de “atingidos por barragens” (um termo de uso corrente pelos movimentos populares e presente na literatura acadêmica do tema) apareça com grande destaque, esta pesquisa investiga a relação contraditória das experiências, expectativas e memórias dos atingidos e, ao mesmo tempo, das populações beneficiárias da obra. O primeiro grupo é muito diverso, mas, em tese, portador de uma construção identitária positiva em relação à Barragem. São os moradores de áreas não atingidas pelo alagamento, dos quais se destacam os residentes em áreas urbanas (cidade-sede e distritos). Estes em número imensamente superior ao segundo, representam a grande maioria da população do município, imediatamente beneficiada pelo abastecimento ininterrupto de água encanada. Deste grupo, também são parte comunidades ribeirinhas, não afetadas pelo deslocamento forçado e, em tese, beneficiárias da proximidade das águas e de possíveis potenciais econômicos (irrigação, pesca, turismo). O segundo grupo é composto pelas famílias diretamente atingidas pelo barramento, forçados ao deslocamento de suas terras, sujeitas a perda dos tradicionais meios de sobrevivência material e de seus “lugares de memória”. Cito o relato de dois entrevistados que narram o drama afetivo do desenraizamento resultante da obra:

Pessoalmente pra mim o impacto maior foi ter que sair da localidade, eu vivi lá por 17 anos. Já tô aqui na Sede com mais tempo do que lá, mas pra mim é como se eu não tivesse

saído de lá, o pensamento ainda tá lá, ainda. O tempo passou tão rápido que nem percebi e também parece que a infância marca mais.¹³

Antes era muito bom, era muita gente, tudo vizinho. A gente ia pra casa do vizinho conversar um pouquinho a noite, ia pra casa da gente pra desbulhar feijão, a gente fazia uma bruaca com café, era muito animado, viu. Aí depois ficou ruim demais, tudo vazio, deserto, era ruim.¹⁴

O represamento das águas do Castro infligiu perdas às várias famílias atingidas pelo alagamento, no entanto o projeto era parte de um sonho comum, idealizado e alimentado por décadas de dificuldade na oferta de água. Francisco Alves Pereira afirmou que “os antigos do lugar diziam que desde os primórdios dos tempos aqui em Itapiúna que se comentavam ou que se prometia essa barragem. A expectativa era muito grande, porque quando a obra aconteceu, todos já viram, já tiveram a certeza da importância dela”.¹⁵ Para a cidade, distritos e algumas comunidades rurais, o principal impacto da Barragem se fez presente na garantia ininterrupta do abastecimento de água pela CAGECE, rompendo ciclos regulares de colapso hídrico que marcaram a existência de Itapiúna enquanto municipalidade. A expectativa alimentada por políticos e gestores locais dava como certo o desenvolvimento da agricultura, produção pesqueira, atividade pecuária e, como novidade, o turismo. Durante a primeira década pós- construção estas promessas pareciam em vias de concretização.

Analisando os impactos da usina hidrelétrica de Itá/RS, Raquel de Matos Viana afirma que o foco sobre os benefícios de empreendimentos desta natureza está ligado a discursos e propagandas que omitem os impactos que provocam na reconfiguração dos espaços e alterações no cotidiano (VIANA, 2003, p.35). Essas mudanças estão intrinsecamente ligadas de forma tangível na vida das pessoas até hoje, considerando uma série de mudanças no cotidiano – convívio social, as práticas culturais e até mesmo o modo de pensar. Nesse sentido, o processo de rememoração é utilizado para a exploração dos significados das experiências vividas, onde o conjunto do conhecimento adquirido, através da prática metodológica, auxilia na compreensão de como as mudanças ocorridas contribuíram para a formação da história local presente. A História Oral, enquanto estratégia para produção de fontes e metodologia historiográfica, possibilita novas interpretações por meio das múltiplas narrativas, sejam elas individuais ou marcadas por ingredientes coletivos de rememoração (THOMPSON, 2002, p.17). Compreender como os impactos socioambientais

¹³ Francisco Fernandes de Araújo. Entrevista realizada em 20/10/2016.

¹⁴ Francisco Fernandes de Araújo. Entrevista realizada em 20/10/2016.

¹⁵ Francisco Alves Pereira. Entrevista realizada em 29/01/2015.

afetaram o aspecto cotidiano das pessoas atingidas direta e indiretamente pelo barramento implica saber: como era viver na cidade naquela? Como receberam a notícia da construção da Barragem? Quais mudanças ocorreram durante e após sua construção? Enfim, buscar compreender o significado das mudanças no tempo, que é o próprio tempo histórico, para a vida dos sujeitos.

Durante as entrevistas percebi que algumas narrativas são afetadas por eventos marcantes para o entrevistado. Deixar para trás o lugar onde cresceram e estabeleceram raízes familiares, traz sentimentos e emoções que se manifestam através dos movimentos, das expressões faciais e, por vezes, do silêncio. A palavra não dita pode conter vários significados relacionada à lembrança em questão. Esta não é a mesma perspectiva encontrada na fala do grupo dos não- atingidos. Estes minimizam o sofrimento dos atingidos e seu imaginário é alimentado pelas expectativas desenvolvimentista entorno da obra. A análise das narrativas possibilitou destacar dois tipos de memórias: a que rememora a construção da Barragem e suas expectativas sobre o desenvolvimento socioeconômico da cidade; e a memória resguardada pelas famílias impactadas pelo barramento, que centralizam perdas e ganhos, pessoais e/ou coletivos. Assim, a interpretação das memórias acontece por meio de análise das figuras de linguagens, que se expressam através da fala como resultado da organização e armazenamento de dados relacionados às experiências dos sujeitos atingidos pela Barragem em Itapiúna.

Em 1996 a obra foi inaugurada, provocando a reconfiguração espacial de uma vasta paisagem no município. Quatro comunidades sofreram alagamento do Açude (Carnaubinha, Poço dos Porcos, Novo Horizonte, Barra Santo Antonio e Garrote) e foram ao reassentamento e consequente readaptação nas novas comunidades de Agrovila, Vila Nova e Renascer. Os moradores foram lançados, ao mesmo tempo, no desafio de constituir meios novos de produção da subsistência e readaptação social. Para estes a obra implicou deixar para trás não apenas as terras ocupadas, mas os laços e vínculos comunitários e seu patrimônio sociocultural resultando, inclusive, na maioria dos casos, em dificuldades no reinício das atividades produtivas nos novos espaços a ocupar e o risco de empobrecimento (REIS, 2009, p. 265). Foi o que ocorreu à família de Fernandes Araújo:

O nosso tio lá tinha um sítio, que ele sobrevivia daquilo, né. Era uma croa que ele tinha quase cem pés de cajueiro, mangueira, coqueiro e era uma renda extra de agricultor porque aquilo ali complementava a renda dele também. Porque era assim: ou a pessoa recebia a casa como indenização ou o dinheiro. Mas, a indenização não cobriu nem as despesas de um ano. Meu

tio possuía muitas terras com plantações de cajueiros, que era o sustento da família. Aí pronto, quando a barragem foi construída, acabou com tudo.¹⁶

Outra consequência na configuração da paisagem rural/urbana foi de aceleração da migração para cidade-sede, processo que ampliava o rompimento com os ancestrais “lugares de memória” das famílias atingidas. O advento e crescimento desordenado dos bairros periféricos Nova Itapiúna, Cosmos Santos e Vila Amorim tem relação direta com a construção do Açude Castro, seja pelo reassentamento compulsório seja pela maior oferta de água na cidade. Esse crescimento rápido e desordenado (para os padrões locais) é consequência também da não interferência dos poderes estadual e municipal na inserção de políticas públicas voltadas para a mediação das famílias recém-chegadas. Em Itapiúna, onde a maior parte da população atingida pelo barramento vivia no meio rural, a construção do Açude é mais um caso onde se verifica o descaso dos poderes governamentais sobre questões político-sociais que norteiam projetos de infraestrutura. Os atingidos pela Barragem narram prejuízos, injustiças e frustrações incorridas por suas perdas. Por outro lado, as comunidades atendidas pelo abastecimento de água não impactadas pelo deslocamento tendem a minimizar esse “descaso”.¹⁷ A subjetividade das narrativas mostra que, o empreendimento tanto fragmentou o vínculo social existente nas comunidades diretamente atingidas, quanto permitiu desenvolver novas relações sob outros aspectos da vida quotidiana entre os moradores da cidade.¹⁸ Uma década após, quase seco, consolidou-se na população a percepção da Barragem como mero detalhe na paisagem geográfica, uma visão utilitarista da mesma – um lago para garantia de abastecimento de água – que diferia dos modos de concebê-la na primeira década de existência. Após seguidas secas e decréscimo na vazão do Rio Castro, o Açude é hoje percebido essencialmente como reservatório em agonia. Em geral, não há compreensão dele como marco representativo da história local. No entanto, à sua construção estão associados aspectos de grande importância no município: as expectativas da população sobre o desenvolvimento socioeconômico através da exploração da água e da possibilidade de atração turística; a reconfiguração socioespacial urbano e rural causados pelo

¹⁶ Francisco Fernandes de Araújo. Op. cit.

¹⁷ Para Raquel Viana, o conceito de “atingido” inclui o inundado – a pessoa retirada do espaço requerido pela obra – mas também os beneficiados pelo empreendimento. Isso pressupõe compreender como “atingidos” todos os que, de alguma forma, tiveram seus meios de produção socioeconômica e cotidiano alterados por obras de infraestruturas. VIANA, Raquel de Mattos. op. cit. p.21.

¹⁸ É imprescindível redirecionar todas essas questões às novas formas de analisar como pensam e agem as populações atingidas por barramentos e como as mudanças ocorridas no tempo são percebidas por elas.

processo migratório das famílias atingidas. São fenômenos representativos do processo histórico contemporâneo no Nordeste brasileiro impactado por “obras hídricas de combate à seca”, que podem ser observadas em “miniatura” neste recorte.

O represamento do Castro garantiu a perenidade do rio (interrompida com a recente estiagem prolongada), permitindo às comunidades ribeirinhas à jusante usufruírem de um pequeno volume de água regular, para irrigação e criação animal. A obra alimentou por algum tempo um imaginário desenvolvimentista, de superação dos problemas locais. De fato, na primeira década de existência, houve melhorias na produção agropecuária, piscicultura empresarial, o aumento da pesca artesanal e utilização do Açude como balneário. Isso corroborou para que o sofrimento das famílias atingidas pelo reassentamento fosse minimizado, assim como os impactos socioambientais que atingiram e atingem o município. Esse aspecto está diretamente relacionado ao fato de que o impacto deste evento na memória dos atingidos seja vocalizado de forma contraditória, entre o desenvolvimento necessário e a perda irreparável. De qualquer forma, do ponto de vista da experiência em relação a construção da Açude, enquanto evento de impactos profundos na vida local, os dois grupos (atingidos e não- atingidos pelo alagamento) representam duas dimensões fundamentais de assimilação das transformações históricas em Itapiúna na passagem do século XX para o XXI.¹⁹ A advertência de Portelli é válida para este caso: “quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 2005). Se a primeira década e meia de existência da Barragem produziu euforia, a irregularidade de chuvas desde 2010 fez a esperança ser substituída pela desilusão, diante do esgotamento das águas do Açude até o ponto de não dispor de reservas para garantir o abastecimento no município. A completa degradação do Rio Castro é outra marca das transformações socioambientais posteriores à construção. Destaco a incompletude do “tempo histórico imediato”, sobre o qual escrevo. É uma história do tempo presente. Mais que oferecer

¹⁹ O grupo dos não-atingidos é heterogêneo e merece ponderações cuidadosas afim de evitar generalizações sobre a construção da memória histórica em torno do evento.

respostas definitivas, esta pesquisa pretende propor questões e construir fontes para releituras posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **As Imagens retirantes. A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX.** *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 33, n.61, janeiro/abril 2017.

ARAÚJO, Christianne Evaristo de, e SENA, Custódio Selma. A represa Castanhão e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **O público e o privado**, nº 7, janeiro/junho, 2006.

BARROS, José D´Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Maria Mirelle de Freitas. **Memórias e práticas políticas das administrações “mudancistas” de José Gonçalves Monteiro e Joaquim Clementino Ferreira. Itapiúna-1976/1988.** Monografia de especialização apresentada a FECLESC/UECE, Quixadá, 2010.

BLOCH, Marc. **A Terra e seus Homens: agricultura e a vida rural nos séculos XVII e XVIII.** Trad: Ilka Stern Cohen. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História.** São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Um Historiador Fala de Teoria e Metodologia: ensaios.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

CASTRO, Lara de. **É “gente que só o diabo”: “trabalhadores-cassacos” no labor das obras contra as secas no Ceará 1950.** Artigo apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013. (P.2).

CHAUVEAU, Agnés; TÉTART, Philippe. (Org). **Questões Para a História do Tempo Presente,** Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral. *In: Usos e abusos da História Oral.* FGV: Rio de Janeiro, 7ed, 2005.

FONTENELE, Karine Machado Campos. **Análise da Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará a Partir da Evolução da Aplicação dos Recursos Orçamentários no Período de 1995 a 2012.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFC. Fortaleza, 2013.

FREITAS, Ivoneide de. **A construção do Açude Arrojado Lisboa em Banabuiú e a Mão-De-Obra Trabalhadora (1952-1966).** Monografia apresentada a FECLESC/UECE. Quixadá, 1998.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Clientelismo e Modernidade nas Políticas Públicas: Os “Governos das Mudanças” no Ceará (1987-1994)**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

GUARINELLO, Noberto. **História antiga**. São Paulo. Editora contexto, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A história das fontes. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. Contexto: São Paulo, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... et.alii. 5ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITÃO, Eduardo da Silva. **Barragens: Um Enforque Sobre Paisagem Cultural e Patrimônio**. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Metodológica Memória**. Contexto: São Paulo, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. Contexto: São Paulo, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide(org.). **Uma nova história do Ceará**. 3ed. Fortaleza, Ce: Edições Demócrito Rocha, 2004.

OLIVEIRA, Gládia Maria Moreira de, **Memória de Velhos sobre a Cidade de Quixadá**. Monografia do curso de Licenciatura Plena em História apresentada a FECLESC/UECE. Quixadá, 1998.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados 24 (68), 2010.

PEREIRA, Francisco Ruy Gondim. **Os Camponeses e a Mobilização Popular: Igreja Católica, saques e movimentos sociais em Itapiúna/Ce (1980-1993)**. Dissertação apresentada à Coordenação de Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFC. Fortaleza/Ce, 2008.

PORTELLI, Alessandro. A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de Campo. WHITAKER, Dulce Consuelo Andretta e VELÔSO, Thelma Maria Grisi (orgs). **Oralidade e Subjetividade: os meandros infinitos da memória**. Campina Grande: EDUEP, 2005, pp. 43-54.

_____, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e Abusos da História Oral**. 7ed. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

_____. O que faz a história oral diferente. *In: Projeto História*, São Paulo, n.14, fev. 1997, p.25-39.

PRINS, Gwyn. História Oral. BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

RIOS, Kênia Sousa. **Engenhos da Memória: narrativas da seca no Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 2012.

REIS, Maria José. “O Movimento dos Atingidos por Barragens: Atores, Estratégias de Luta e Conquistas. FERNANDO, Bernardo Mançano; MEDEIRO, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (Org). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas**. Vol. I. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Água e poder no Sertão: os discursos que construíram a cidade de Nova Jaguaribara no Ceará. (1985-1996)**. Revista Historiador, Ano I, n.I , 2009.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações: Um estudo de Caso Sobre a Barragem de Itá**. Dissertação de mestrado apresentada a UFRJ. Rio de Janeiro 2003.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019